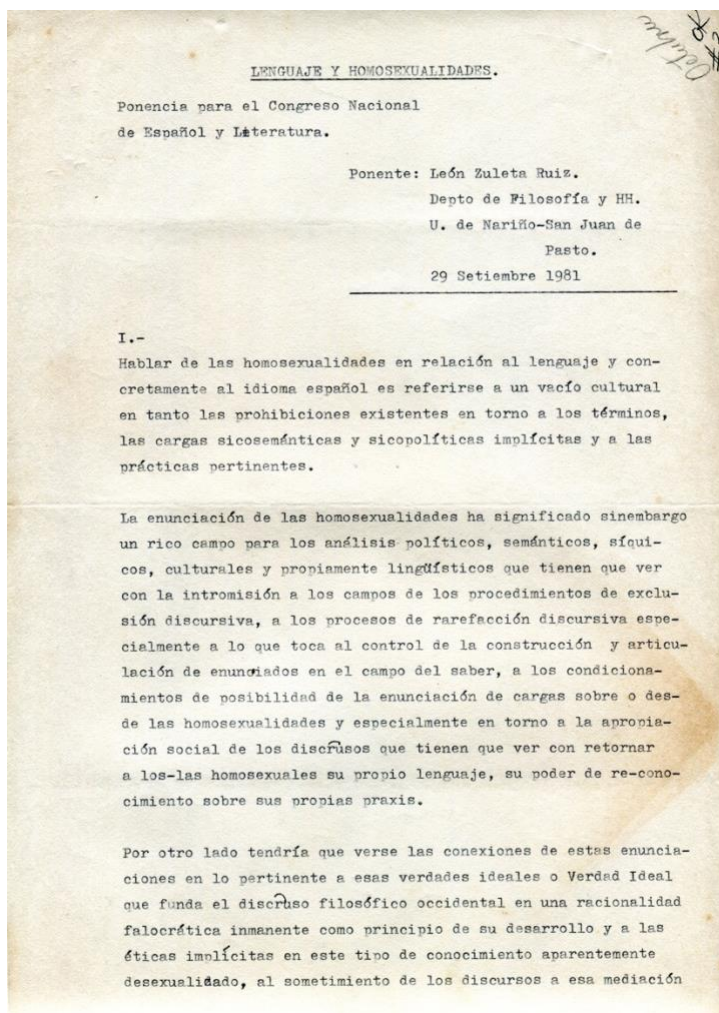


DOSSIER**HISTORIA(S) DE (LA) EDUCACIÓN SEXUAL: INSTITUCIONES, ACTIVISMOS, SABERES Y PRÁCTICAS**

León Zuleta. "Lenguaje y Homosexualidades", ponencia para el Congreso Nacional de Español y Literatura, Pasto (Colombia), 1981.
Cortesía Archivo Arkhé.

PLANEJAMENTO E EFECTIVAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA PLANNING AND EFFECTIVIZATION OF SEX EDUCATION PROGRAMS IN SCHOOLS

**Ricardo Desidério, Andréa Cristina Martelli y Luana Pagano Peres
Molina**

UNESPAR/UNIOESTE/UEL

Ricardo Desidério es Profesor Adjunto de la Universidad Estadual do Paraná - UNESPAR, Paraná, Brasil. Doctor y Pos-doctor en Educación

Andréa Cristina Martelli es Profesora Asociada de la Universidad Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Paraná, Brasil. Doctora en Educación.

Luana Pagano Peres Molina es Profesora Colaboradora de la Universidad Estadual de Londrina - UEL, Paraná, Brasil. Doctora en Educación, Magister en Historia Social, Especialista en Psicología Aplicada en Educación e Graduada em Historia e Pedagogia

Contacto: lppmolina@hotmail.com
andreamartelli72@hotmail.com
ricardo.desiderio@unespar.edu.br

RESUMEN

PALABRAS CLAVE

*Educación sexual**Planificación**Plan de estudios**Escuela**Conocimiento de enseñanza*

Reflexionar y analizar la educación sexual en el alcance escolar, en los tiempos contemporáneos, es cubrir la narración sobre su importancia, porque este hecho en sí no garantizará su efectividad. La escuela como espacio para la información y la capacitación, uno debe ser consciente de que un programa de educación sexual está planificada, científica, crítica y, en consecuencia, efectiva en la escuela. En este sentido, en un enfoque metodológico cualitativo y bibliográfico, el artículo busca reflejar eso al proponer un programa de educación sexual, que la escuela comprende los fundamentos científicos de esta área de conocimiento, así como su aplicabilidad y desarrollo (planificación y acción) efectivo y sistemático. En vista de esto, nuestro objetivo es contribuir en un intento de enumerar las reflexiones de la posibilidad de experiencias emancipatorias de sexualidad, así como enfrentar la violencia, los prejuicios y la discriminación que golpea a las personas que transgreden los estándares sociales de comportamientos.

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE

*Educação sexual**Planejamento**Currículo**Escola**Saberes docentes*

Refletir e analisar a Educação Sexual no âmbito escolar, na contemporaneidade, é abranger a narrativa sobre sua importância, pois tal fato, por si só, não garantirá sua efetivação. A escola enquanto espaço de informação e formação, deve-se atentar para que um programa de Educação Sexual seja planejado, científico, crítico e consequentemente efetivado no âmbito escolar. Neste sentido, numa abordagem metodológica qualitativa e bibliográfica, o artigo busca refletir que ao se propor um Programa de Educação Sexual, que a escola compreenda os fundamentos científicos dessa área de conhecimento, assim como sua aplicabilidade e desenvolvimento (planejamento e ação) efetivo e sistemático. Em vista disso, almejamos contribuir numa tentativa de elencar reflexões a partir da possibilidade de vivências emancipatórias de sexualidade, bem como no enfrentamento às violências, aos preconceitos e às discriminações que acometem pessoas que transgridem os padrões sociais de comportamentos.

Introdução

Tão evidente quanto necessário é nos lembrarmos de um documento brasileiro, promulgado em 1997/1998, de base curricular, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), basilar de um conjunto de propostas educativas interdisciplinares e elaboradas a partir de uma bancada de profissionais de diversas áreas publicado pelo Ministério da Educação e do Desporto (BRASIL, 2001). Além das diversas áreas do conhecimento, tais como Língua Portuguesa, Matemática, Língua Estrangeira, História, Geografia, Ciências Naturais, Arte e Educação Física, os PCN, visando trabalhar temas sociais de modo transversal a essas disciplinas curriculares, apresentaram também volumes que tratavam dos seguintes temas: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural.

Conforme os PCN (BRASIL, 2001), a Educação Sexual, denominada no documento como Orientação Sexual¹, deve ser compreendida como um processo de intervenção pedagógica que possibilitará reflexões e questões ligadas à sexualidade, abrangendo posturas, crenças, tabus e valores, possibilitando, assim, discussões de vários pontos de vista, sem impor determinados valores sobre outros. E enquanto tema transversal, o documento vislumbra a sexualidade como assunto importante e contínuo, que deve ser exposto, esclarecido, questionado, socializado e contextualizado social e culturalmente.

Entretanto, mesmo que hoje não seja adotado de forma obrigatória nas escolas e que a abordagem transversal para a temática da sexualidade “não é o fim último e o mais cabal e perfeito entendimento da questão” (NUNES; SILVA, 2006: 103), o documento é um marco histórico e um grande avanço na conquista e luta pela oficialização da Educação Sexual nas escolas, servindo de base para quaisquer projetos sobre a temática da sexualidade nos espaços educacionais de todo Brasil.

Programa de Educação Sexual [Emancipatória] na Escola

É importante apontarmos, que o Programa de Educação Sexual de abordagem emancipatória é o que compreendemos como ações pedagógicas que envolvem um planejamento sistemático e intencional fundamentado nas diferentes áreas do conhecimento que tenha como centro a sexualidade e as suas manifestações nas diversas

¹ O próprio documento não deixa claro e nem justifica a opção ao termo “orientação” adotado.

fases do desenvolvimento humano. Tal concepção é o que na Argentina denominam Educación Sexual Integral, que segundo Cahn et al (2022: 31)

es un espacio sistemático y continuo de enseñanza y aprendizaje que no se limita a una sola intervención educativa, la exhibición de una película alusiva al tema o la charla de un especialista. La ESI entiende la sexualidad como una dimensión en la vida de las personas que se desarrolla desde el nacimiento y que no se refiere solo a la genitalidad, sino que vincula varios aspectos, como los sentimientos y la afectividad, la identidad, las formas de relacionarnos con otros y de experimentar el placer, el ejercicio de los derechos sexuales y reproductivos, y el reconocimiento y cuidado del propio cuerpo y el cuerpo del otro. De esta manera se estimulan y fortalecen valores como la solidaridad, el respeto, la inclusión y la participación ciudadana.

Neste sentido, Silva (2015), afirma que a Educação Sexual na escola “é hoje uma necessidade a ser efetivada tanto nas discussões políticas, quanto nas ações e concretização de sua prática” (p.20). Entretanto, o que é Educação Sexual?

Ao dizer Educação Sexual estamos nos referindo a toda ação contínua, em um processo de interação humana pelo qual, inserido em uma cultura, uma história e uma política, nos leva a pensar na construção de um sujeito ativo frente às informações, aos desejos, às necessidades básicas sobre seu corpo, seu funcionamento e organização. Assim, tal sujeito pode dialogar, ter voz ativa e poder expressar suas opiniões, respeitando as opiniões do outro e significativamente percebendo a sexualidade como algo positivo em sua vida, sem medos, tabus e/ou receios em poder/querer aprender sobre tudo que se passa à sua volta durante toda sua vida (SILVA, 2015: 20).

Assim, quando nós educadores adentramos a ambiência da escola, entramos em contato com algo que há séculos possui o mesmo formato: a cultura oral. Ela, por sua vez, permeia a sala de aula, espaço onde imperam as palavras escrita e falada, sob a capa da disciplina, do controle, das políticas que ditam, entre outras coisas, como se deve se comportar em sociedade, principalmente em relação à sexualidade.

Desse modo, ao se propor um trabalho de Educação Sexual na escola é preciso ter consciência de sua importância, mas isto por si só não garante sua efetivação. Deve-se assim, compreender alguns fundamentos científicos, assim como sua aplicabilidade para que esse trabalho possa de fato acontecer: o próprio conceito de sexualidade, a Educação

Sexual e suas abordagens, as estratégias de ensino, a história da sexualidade e da Educação Sexual, assim como temas que a escola possa considerar relevante.

Há também que se pensar, segundo Silva (2009), que no universo escolar as questões da sexualidade são muitas vezes pautadas por debates/discussões polêmicas, ora considerando-se a multiplicidade de visões, crenças e valores dos diversos atores (alunos, pais, professores e diretores, entre outros), ora pelo conhecimento teórico por vezes inexistente na formação inicial do professor e fundamental para o alicerce das discussões.

No entanto, além de considerar necessária a abordagem desse tema no ambiente escolar, Nunes (1996) nos afirma que a sexualidade é uma dimensão essencialmente humana e ressalta que nela estão inseridos valores da comunidade, da história social, da economia, da cultura e até da espiritualidade. Esses valores são, para o autor, conquistados na construção da identidade de cada ser ao longo de sua trajetória histórica. Figueiró (2014) também considera a sexualidade exclusivamente humana, sendo que seu sentido e vivência são determinados pela natureza, própria de cada ser humano e, principalmente, pela cultura, em um processo histórico e dialético. E Maia (2011: 25) completa dizendo que

a sexualidade é um fenômeno amplo que se expressa de diversos modos: nas práticas sexuais, nos desejos, nos sentimentos, nos pensamentos, nas emoções, nas atitudes, nas representações. A sexualidade refere-se tanto a um fenômeno abrangente do erotismo humano, considerando aqui as questões orgânicas, psicológicas e sociais, como também a um fenômeno que não se restringe ao sexo, ao genital.

É importante ressaltar que, mesmo considerando relevantes tantas outras pesquisas e trabalhos na área da sexualidade e Educação Sexual, esta pesquisa se pauta nos significados identificados por Nunes (1996), Figueiró (1995; 2014) e Maia (2011) para o conceito de sexualidade, uma vez que não se pode limitar sua abordagem aos conhecimentos relacionados apenas aos aspectos biológicos e de forma fragmentada, pois a sexualidade deve ser compreendida em sua totalidade, como uma construção social, inserida em diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais.

É a partir desse conceito de sexualidade que acreditamos ser possível a implementação da Educação Sexual nos contextos educativos, sendo necessário, ao propor este trabalho, lembrar que há dois tipos de Educação Sexual: a Informal e a Formal/intencional.

A primeira, a Educação Sexual Informal, “compreende todas as ações, deliberadas ou não, que se exercem sobre um indivíduo, desde seu nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre suas atitudes, comportamentos, opiniões, valores ligados à sexualidade” (WEREBE, 1998: 139). Figueiró (2013: 20) também nos afirma que essa Educação Sexual Informal é influenciada por ações cotidianas ao longo de nossa vida, principalmente nas nossas ideias e valores sobre vários assuntos, entre eles sobre “corpo, abraço, beijo, namoro, relação sexual, carinho, nudez, parto e assim por diante”. Já a Educação Sexual Formal, denominada por Werebe (1998:155) de Intencional, “compreende as intervenções deliberadas, sistemáticas, em geral regulares e planejadas, relativas ao domínio da vida sexual”. Para Figueiró (2013), assim como para Werebe (1998), esse tipo de Educação Sexual pode ser realizado dentro e fora do âmbito escolar. Podendo ser

feito na escola, na igreja, no posto de saúde, ou, até mesmo, em casa, quando os pais, por exemplo, intencionalmente, pegam um livro sobre sexualidade e decidem ler junto com a criança. Tanto um tipo quanto o outro são importantes; a informal, possivelmente, até mais que a formal. Muitas vezes, embora sabendo da existência da informal, muitos estudiosos e pesquisadores da educação sexual não dão a ela o seu devido valor e a atenção que merece. Na prática, às vezes, formal e informal podem se sobrepôr, em alguns momentos (FIGUEIRÓ, 2013: 21).

Entretanto, Figueiró (1995; 2010) alerta que é necessária uma padronização da terminologia de Educação Sexual. Ela destaca que orientação sexual é a expressão utilizada nos PCN (BRASIL, 2001) e que a expressão Educação Sexual é a mais indicada – e que aqui reforço a necessidade de padronizarmos o seu uso –, uma vez que, entre outros motivos, diferentemente de outros termos, “o educando participa do processo de ensino-aprendizagem como sujeito ativo e não como mero receptor de conhecimentos, informações e/ou orientações. Por outro lado, o professor é o agente que cria as condições para o aluno aprender e que o auxilia em sua aprendizagem” (FIGUEIRÓ, 2014: 55-6).

A Educação Sexual, aqui defendida, pode ser compreendida também, a partir da Lei No. 26.206 da Educação Sexual Integral na Argentina, que visa:

conforme a la Ley N° 26.150 se crea en el Ministerio de Educación de la nación el Programa Nacional de Educación Sexual Integral, se establecen sus principales objetivos y el derecho de todos los y las educandos “a recibir educación sexual integral en los

establecimientos educativos públicos, de gestión estatal y privada de las jurisdicciones nacional, provincial, de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y municipal” entendiendo “como educación sexual integral la que articula aspectos biológicos, psicológicos, sociales, afectivos y éticos (ARGENTINA, 2006).

Segundo Figueiró (2010: 194), muitos estudiosos se deram conta quanto ao uso do termo orientação sexual e que o mesmo já vem sendo “adotado em todo mundo para se referir à diversidade sexual”, imprimindo o que aponta Werebe (1998) como a orientação na qual a pessoa imprime a sua sexualidade: heterossexual, homossexual, bissexual e tantas outras formas de expressões e vivências da sexualidade. Ainda que a expressão Educação Sexual já seja consagrada e usada em quase todo mundo, Figueiró (2010) afirma que alguns teóricos e profissionais envolvidos com a temática ainda são contrários ao uso dessa terminologia, criando assim novos termos, tais como: Educação em Sexualidade, Educação para a Sexualidade, e Educação para Sexualidade Afetiva.

Xavier Filha (2009), em seu texto “Educação para a sexualidade: carregar água na peneira?”, volta a retomar essa discussão sobre o uso das terminologias, considerando ainda ser necessário repensar essas nomenclaturas, além da própria maneira como se tem dado o desenvolvimento quanto à sua prática. Entretanto, concordamos que o planejamento adequado a um trabalho de Educação Sexual deve sim ser analisado e (re)planejado constantemente, mas, conforme nos apresenta Maia e Ribeiro (2011, p. 77), “[...] não é trocando o termo empregado que será mudado o ponto de vista, os valores e muito menos a ideologia por trás da intervenção e da formação”.

Contudo, quanto a essas novas terminologias que vêm sendo usadas, Figueiró (2010: 195) nos faz uma observação muito válida, considerando desnecessário acrescentar adjetivos variados aos novos termos: “A meu ver, na denominação: educação sexual, o adjetivo sexual já comporta em si o afetivo, o integral, o reprodutivo, sendo redundante o acréscimo de cada uma dessas palavras”².

Neste sentido, certos quanto à sua terminologia e escrita, acreditamos que um segundo momento esteja em se pensar por que e para que ensinamos sobre sexualidade na escola? Esta pergunta, bastante evidente em diversos espaços, entre eles a escola, nos leva inicialmente a pensarmos sobre uma expressão um tanto comum de se ouvir entre os professores: que os alunos de hoje sabem muito mais sobre sexo do que nós (DESIDÉRIO, 2014).

² Ressaltando que, para Silva (2015), além da padronização do termo, o autor ainda acredita que a mesma deva ser utilizada com as iniciais maiúsculas, pois se refere a um campo da Ciência.

Na verdade, essa afirmativa trata-se de algo incerto, pois de um lado, o acesso a informações casuais não garante um aprendizado formal frente à sexualidade por parte dos alunos; por outro, esse argumento acaba por justificar que seria desnecessário falar sobre assunto com os alunos. Outro ponto que devemos nos ater também são afirmações de famílias e/ou responsáveis e até mesmo de alguns professores que, ao falar sobre sexualidade, seja na escola ou em casa, estaríamos incentivando a prática do sexo precoce, o que também é uma inverdade.

Entretanto, na escola, esse silenciamento ou os questionamentos e dúvidas dos professores sobre a sexualidade e Educação Sexual refletem a falta e a necessidade de formação na área, como tem sido apresentada em diversas pesquisas (RIBEIRO, 1990; FIGUEIRÓ, 1995; 2014; MELO, 2001; 2004; LEÃO, 2009; SILVA, 1995; 2002; DESIDÉRIO, 2010; 2014; MAIA, 2011).

Caridade (1997) afirma que a tarefa da Educação Sexual se torna emocionalmente custosa para os professores pertencentes a essa cultura marcada pela *Scientia sexualis*³, pois eles nem sempre se sentem disponíveis, tranquilos e maduros frente à própria sexualidade. Mesmo assim, geralmente a escola acaba sendo o único espaço mais aberto para que crianças e adolescentes façam seus questionamentos, tornando o diálogo ferramenta básica no processo de educar para a sexualidade, pois sabe-se que alguns alunos questionam muito, enquanto outros não perguntam nada e necessitam de uma abertura para que possam se encorajar e exercer esse questionamento.

Logo, se a escola caracteriza-se como o espaço mais aberto para se falar sobre a temática, conforme nos apresenta Caridade (1997), por que sua inserção ainda não está efetivada?

Nunes (2005), ao afirmar que vivemos em um ambiente sexualizado e que nas últimas décadas provocaram enormes mudanças na forma de compreender e viver a sexualidade, refletidas nos valores, nos comportamentos, na linguagem, no modo de

³ Conceito originado por Michel Foucault, assim como *ars erótica*. Na *História da Sexualidade*, o autor opõe dois conceitos, o de *ars erotica* e o da *scientia sexualis*. Ele observa que em quase todas as culturas existe uma arte erótica (*ars erotica*), isto é, formas de iniciação de prazer e de satisfação sexual. Na arte erótica, “a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência; não é por referência a uma lei absoluta do permitido e do proibido, nem a um critério de utilidade, que o prazer é levado em consideração, mas, ao contrário, em relação a si mesmo [...]” (FOUCAULT, 2011: 65). Em contrapartida, nossa cultura cristã, europeia e ocidental deu origem a algo insólito: uma ciência sexual (*scientia sexualis*), curiosidade e vontade de saber tudo sobre o sexo para melhor controlá-lo. Nossa sociedade carrega o emblema do sexo que fala e que pode ser, afinal, interrogado e surpreendido, contraído e volúvel, ao mesmo tempo (FOUCAULT, 2011).

vestir, nas músicas, nos filmes e nos relacionamentos dos dias atuais, nos leva a pensar as muitas perguntas que perpassam um tema tão complexo, enigmático, muitas vezes proibido, polêmico e até contraditório no espaço escolar, devam de fato ser refletidas e compreendidas sobre sua necessidade, planejamento e sistematização entre toda comunidade escolar.

Entretanto, quando é proposto um trabalho em um Programa de Educação Sexual na escola, Figueiró (2014: 92) afirma que os educadores precisam ter clareza:

- com que tipo de educação vão estar comprometidos;
- qual é a concepção de educação e de homem que estará norteando seu trabalho;
- a quem vai estar servindo o trabalho de Educação Sexual que se pretende desenvolver;
- qual o papel do educador sexual;
- por que e para que colocar em prática programas de Educação Sexual.

Uma vez respondidas às questões iniciais apresentadas por Figueiró (2014), deve-se ter ciência de que a autêntica Educação Sexual, segundo Werebe (1998), deve estar centrada na criança, no jovem (e acrescentamos aqui também o adulto, o idoso e as pessoas com necessidades especiais) e ter, como ponto de partida e de chegada, suas necessidades, suas indagações, suas aspirações e desejos. Werebe afirma que o educando deve ser o próprio sujeito da educação, na medida em que deverá aprender a se conhecer diretamente e não apenas de forma indireta, por meio, apenas, de referências literárias, históricas, artísticas, morais e religiosas. Para Werebe (1998), a Educação Sexual “deve oferecer-lhe os elementos para conhecer o próprio corpo, aceitando-o como ele é, além do seu funcionamento, suas exigências” (p. 178). E estas informações são o que Figueiró (2014) e Leão (2009) afirmam ser um direito de todos – o que nos responderia por que ensinar a temática na escola.

E se pensarmos para que ensinamos sobre sexualidade na escola, Figueiró (2014: 76) nos responde brilhantemente em seu livro *Formação de Educadores Sexuais*:

[...], o significado do ensino da sexualidade está em formarmos jovens e adultos com conhecimento de si mesmos e das questões da sexualidade, para que possam viver de maneira feliz, segura e responsável a sua sexualidade. Além disso, queremos formar cidadãos críticos e amadurecidos, participantes da transformação social dos valores e das

normas sociais ligadas às questões sexuais, incluindo-se, nesse conjunto, a transformação das relações de gênero, a fim de assegurar a igualdade e o respeito mútuo.

Percebe-se então, que é necessário também, conhecer o lugar e a significação da sexualidade e suas manifestações, compreendendo as dimensões afetivas da mesma, aceitando-a como fonte de prazer e satisfação, além de conhecer e compreender os comportamentos sexuais comuns em cada idade, para os dois sexos, o desenvolvimento da identidade sexual e as questões ligadas à masculinidade e à feminilidade, aprendendo a respeitar o outro sexo, seus direitos e deveres.

Para Silva (2015: 26),

é fundamental aceitar a igualdade de direitos, rejeitando a discriminação em relação ao gênero, bem como as diversas etnias e nacionalidades, conhecendo e compreendendo as orientações sexuais e aprendendo a respeitá-las. Deve-se, ainda, conhecer e compreender os distintos valores culturais e morais ligados à sexualidade e adotar decisões próprias em relação à orientação, em matéria de vida sexual e afetiva, com base nos conhecimentos adquiridos e nos valores culturais, morais e/ou religiosos.

Também nas relações afetivas e sexuais, é essencial que se respeite os parceiros, suas necessidades, desejos, escolhas e valores, assim como a importância de que se assumam comportamentos responsáveis em relação à saúde sexual, à contracepção e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (SILVA, 2015).

Werebe (1998) afirma que, nas intervenções de Educação Sexual, deve-se respeitar o direito ao diálogo e, para isso, é preciso criar condições para que as crianças e os jovens possam exprimir suas dúvidas, inquietações e curiosidades a respeito da sexualidade em geral e da sua própria, em particular, assim como é preciso discutir questões controvertidas, como a homossexualidade, o aborto, a virgindade, entre outras, além das normas sexuais vigentes.

Logo, será possível uma escola sem um Programa de Educação Sexual?

Ribeiro (2013: 11) nos afirma que a sexualidade, ao ser reprimida e não aceita, “nos leva a inferir que, para estes setores contrários à educação sexual, ao negar a sexualidade é como se ela pudesse ser afastada dos contextos escolares”. Assim, para o autor,

em termos de relevância social, partimos do princípio que a educação sexual constitui um espaço importante para a efetivação de propostas concretas de ação em que se combata a discriminação, o preconceito e a violência sexual, tanto a simbólica quanto a real, e que é essencial a inserção de questões de diversidade de gênero na formação de professores em educação sexual. A escola é um espaço sexualizado que acolhe todo tipo de manifestação sexual, ainda que na maioria das vezes de forma negativa, vigorando em seu espaço a dificuldade de se lidar com quaisquer comportamentos ou atitudes que expressem curiosidade, desejo e prazer decorrentes da sexualidade (RIBEIRO, 2013:11).

Barroso e Bruschini (1982) também acreditam na importância desse tipo de trabalho, tanto entre alunos quanto entre professores, lembrando, é claro, de não se restringir seus objetivos apenas às questões de reprodução, devendo-se assim incluir um significado mais amplo da sexualidade para o indivíduo e para a sociedade. Goldberg (1984), afirma que cada um de nós precisa educar-se sexualmente, e ainda nos faz um alerta sobre a necessidade de desenvolvermos nossa autonomia quanto a valores e atitudes relacionados ao comportamento sexual, bem como à nossa capacidade de denunciar/enfrentar situações repressoras.

Neste contexto, comprometida com a transformação social, a Educação Sexual é denominada também como emancipatória, política ou combativa. Isso significa que o tratamento desse tema permite ao aluno encontrar, na instituição educativa, um espaço de informação e formação (COUTO; VALE, 2002).

Um espaço efetivo e planejado de informação e formação

Compreendido o seu significado e sua necessidade de implementação, partimos para um discurso quanto ao desenvolvimento (planejamento e ação) de/para um programa efetivo e sistemático de Educação Sexual nas escolas.

Inicialmente, se tomarmos como referência as atitudes dos professores face à sexualidade, podemos novamente perceber que a sexualidade não se trata apenas de questão pessoal, mas também histórica, social e política. Para Louro (2007: 11), a “sexualidade é ‘aprendida’, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos”. A autora argumenta que muitas pessoas consideram ser essa sexualidade

algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos “naturalmente”. Aceitando essa ideia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de

seu caráter construído. A sexualidade seria algo “dado” pela natureza, inerente ao ser humano. [...] No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente “natural” nesse terreno [...]. (LOURO, 2007 : 11).

Ao desvincularmos esse pensamento (primário) de que a sexualidade é natural e passamos a assumi-la em seu caráter construído (dimensão histórica, social e política), passamos a um segundo momento para essa prática: há linguagem adequada para esse trabalho? A necessidade de uma linguagem para se falar sobre sexualidade tem sido um ponto questionável entre os professores. Inicialmente, quando despreparados a abordar a temática, há a preocupação de não saber como falar sobre, pois afirmam não encontrar a linguagem adequada para utilizar com os alunos (SILVA, 2009). Para Nunes (2005: 15), “não temos ‘linguagem’ para a sexualidade. Temos sim, de um lado, linguagem tradicional, depreciativa, estereotipada, estigmatizada, frequentemente de baixo nível; e, de outro, a linguagem sexual mais humanizada, afetiva e significativa”. E é nosso papel construir e recriar essas abordagens, pois “nesse falar de sexo existe uma diversidade de discursos que se confundem, antagonizam e aumentam ainda mais a necessidade de se buscar elementos, significações, para a sexualidade humana [...]”. (NUNES, 2005: 115). Acredita-se, assim, que nessa busca por elementos e significações, faz-se necessária e urgente a formação continuada entre os professores e todos que são/estão envolvidos na escola em um processo de Educação Sexual. Essa formação, uma vez não ocorrida na formação inicial do professor, é possível por meio de especializações na área ou até mesmo através de grupo de estudos sobre sexualidade e Educação Sexual.

Para Maia e Ribeiro (2011: 80), um dos pontos centrais para um programa de Educação Sexual na escola é primeiramente a obtenção da “aceitação e colaboração de todos agentes educativos que atuam com o grupo que irá participar do programa”. Trago aqui como exemplo de um trabalho de formação continuada, o Grupo de Estudos sobre Educação Sexual (GEES) que acontece desde 1995 no espaço da UEL – Universidade Estadual de Londrina, coordenado pela professora Dr^a. Mary Neide Damico Figueiró, que é auxiliada por estagiários do 5º ano do Curso de Psicologia. Esse grupo de estudos, além de oportunizar o conhecimento da fundamentação teórico-científica da Educação Sexual, possibilita reflexões aos participantes sobre seus próprios valores, atitudes e

sentimentos ligados às questões sexuais, com vistas ao exercício de superação de possíveis sentimentos negativos, tabus e preconceitos, entre outros⁴.

A partir dessa necessidade de formação, Louro (2003: 131) nos faz um alerta que não podemos deixar de abordar a temática, uma vez que,

as questões referentes à sexualidade estão, queira ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aulas – assumidamente ou não – nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes.

Se de um lado temos então um espaço privilegiado (escola) em que as questões referentes à sexualidade estão presentes em todos os espaços e ações, por outro lado temos que pensar em um Programa de Educação Sexual efetivo, sistemático e contínuo no espaço escolar.

Tomemos aqui a definição apresentada por Vasconcelos (1971: 111), em que a autora define que Educação Sexual

é pois abrir possibilidades, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre as suas interpretações culturais e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal. Uma aula de Educação Sexual deixaria então de ser apenas um aglomerado de noções estabelecidas de biologia, de psicologia e de moral, que não apanham a sexualidade humana naquilo que lhe pode dar significado e vivência autênticas: a procura mesmo da beleza interpessoal, a criação de um erotismo significativo do amor. Uma educação estética cobriria perfeitamente essa lacuna. Afinal, quando uma Educação Sexual conseguisse efetuar a passagem de uma motivação pornográfica da sexualidade para uma motivação em que a busca da beleza sensível fosse um estimulante mais poderoso que a obscenidade, ela já teria colocado as bases necessárias para que o indivíduo, daí por diante, resolvesse humanamente sua sexualidade.

A autora, ao nos propor uma educação estética para Educação Sexual, nos remete ao que Figueiró (2010: 131) denominou de “resgate do erótico”:

⁴ Esta experiência de formação continuada desenvolvida pela autora é apresentada em sua obra *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível* (FIGUEIRÓ, 2006; 2014).

De forma simples e direta, pode-se dizer que resgatar o erótico implica encarar a sexualidade como algo bonito e bom na vida das pessoas, lutando por eliminar a visão que tem predominado: a de algo “sujo”, “feio” e “vergonhoso”, assim como a visão de que é um assunto do qual não se deve falar.

E é essa educação estética que possibilita a todos perceber/sentir/compreender a passagem de uma sexualidade “vulgar” para uma sexualidade compreendida e vivida de forma positiva através de sua beleza, sem preconceitos e tabus. Figueiró (2010) acredita ainda que esse resgate do erótico possibilita a revalorização do prazer e dos sentidos atrelados a todo corpo, além de um olhar mais crítico quanto à heteronormatividade (ainda dominante) de se perceber a relação heterossexual como única e moralmente aceitável em nossa sociedade.

Assim, ao possibilitarmos uma educação estética aos trabalhos de Educação Sexual teríamos, de um lado, esse resgate do erótico e, por outro lado, o que Figueiró (2010) denomina de “resgate de gênero”, considerando gênero aqui, tal como já apresentado no capítulo anterior.

Nesse sentido, Figueiró (2010), ao propor esse resgate de gênero, também pertencente ao conceito de educação estética inicialmente proposto por Vasconcelos (1971), nos faz lembrar que isto implicaria dizer que

homens e mulheres possam, em conjunto, de acordo com as necessidades de cada momento histórico, reavaliar a forma de viver e as possibilidades de ação de cada um, seus deveres e seus direitos, e viabilizar as mudanças na forma de viver e de atuar na sociedade, com a preocupação sempre central de conquistar o bem-estar, o crescimento pessoal e felicidade de ambos, num ambiente no qual nenhum sexo vale mais que o outro e onde todos – homens e mulheres – sejam merecedores de direitos iguais. Interessante que se inclua, neste conjunto, as pessoas LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travesti e transexuais) (FIGUEIRÓ, 2010: 130).

Assim, ao afirmarmos que a escola é um lugar importante para a implementação de programas de Educação Sexual intencionais, precisamos despertar nos envolvidos a conscientização sobre a importância do papel da escola na tarefa da Educação Sexual e sobre a necessidade da participação de todos nesse processo.

E, para que isso de fato se concretize, Silva (2009) afirma que é necessário, ainda, que os educadores possam desenvolver diretrizes e princípios filosóficos, éticos e políticos a partir da consideração da ação de resistência e da afirmação de novas culturas e valores presentes na sociedade brasileira atual, com o reconhecimento de que há uma marcha de cidadãos e cidadãs em busca de seus direitos e identidades, dando condições para compreender e viver positivamente a sexualidade.

Considerações finais: alguns apontamentos importantes

Da repressão à libertação de prazer como premissa em uma sociedade não autoritária, Bernardi (1985: 12-13) nos afirma que “[...] a sexualidade, de *per se*, não apresenta nenhum problema. Cada problema relacionado com ela deriva da sua elaboração secundária e das tensões produzidas por uma sociedade que procura constantemente autoproteção contra a própria sexualidade. É um problema inventado”.

Para o autor, essa questão, inicialmente levantada em seu livro *O problema inventado: diretrizes para a educação sexual de crianças e adolescentes* (BERNARDI, 1971), nos leva a pensar o quanto a sexualidade, que é uma expressão do amor, faz parte da própria natureza humana e que é negada, acaba sendo permeada por controle e regras, o que possivelmente a torna um problema. Para Bernardi (1985: 12), “[...] os problemas não derivam da sexualidade, do amor, mas da sua negação, isto é, do ódio. No entanto, a sexualidade permanece, por si própria, um dos problemas que mais agita nosso sistema social”. Essa representação pode ser ilustrada com um exemplo apresentado pelo autor:

Se uma criança aprende sozinha a ler e escrever todos se alegram com isso, mas se uma criança aprende sozinha o que é o seu corpo, o seu sexo, o seu prazer, e por isso também o amor, ficam todos horrorizados. Queremos nós mesmos ensinar-lhe, e do nosso modo. Assim, inventamos a educação sexual. Ou melhor, inventamos o problema da educação sexual (BERNARDI, 1985: 12)

Vasconcelos (1971) nos alerta que tal forma de se perceber a sexualidade possibilita que ela seja transmitida ao indivíduo ligada a uma estética negativa. Para a autora,

é preciso denunciar a fealdade⁵ imposta, por exemplo, aos órgãos genitais e à sexualidade, e o condicionamento cultural que daí se segue, como o verdadeiro incentivo à pornografia.

⁵ Fealdade, *s.f.* (substantivo feminino): feitura. (SACCONI, 2009)

Comumente a pornografia é apresentada numa perspectiva moralista, como uma inclinação para a devassidão. Entretanto, seria na perspectiva estética que sua crítica deveria se estabelecer. Além disso, se a ênfase genital é uma constante nas concepções da sexualidade, e se, ao mesmo tempo, a genitalidade é coberta de tantas designações negativas, não há por que se admirar ser a pornografia a vestimenta da genitalidade para muita gente. Tem-se mesmo que admitir, visto seu alcance simbólico, que, para muitos, a excitação sexo-genital só poderá ser alcançada num contexto pornográfico. Imoralidade? Não, apenas a persistência dos condicionamentos culturais e dos quais o indivíduo, deixará de excitar-se. Ou deverá fazer uma lenta e penosa psicanálise para descondicionar-se. Ou continuar pornográfico e ativo genitalmente, mas num lamentável dualismo com suas aspirações estéticas, porventura existentes (VASCONCELOS, 1970: 110-111).

Assim, uma grande preocupação no que diz respeito à Educação Sexual é que, apesar de saber que ela pode ajudar a reduzir o índice de gravidez na adolescência e auxiliar na prevenção de IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis), é de especial importância levar os educadores a entenderem que o conhecimento do próprio corpo e da sexualidade faz parte de todo trabalho nas escolas, além de ser um direito de toda criança e adolescente (SIMONETTI, 1994).

Guimarães (1995) destaca, também, que a Educação Sexual apresenta o grande risco de se tornar essencialmente repressiva, caso seja realizada sem o devido planejamento e sem o preparo dos professores, pois pode se transformar em doutrinação.

De forma resumida, segundo Silva (2015), para que um Programa de Educação Sexual aconteça intencionalmente na escola, sem que estejamos reforçando sua repressão, devemos refletir e nos alertar:

- A. que seu trabalho não se dê apenas por professores de Ciências/Biologia, pois sua abordagem pode estar atrelada aos aspectos puramente biológicos;
- B. que não seja fragmentada, realizada apenas em alguns momentos isolados na escola através de palestras, ou nos momentos em que a sexualidade seja vista como “problema”. Ao contrário, devem-se possibilitar reflexões e debates com princípios filosóficos, éticos e que desperte um pensamento positivo, sem tabus e preconceitos quanto às vivências da sexualidade.
- C. que haja interação entre os pais e a escola, pois só assim os pais compreenderão que falar de sexualidade na escola não é incentivar a prática sexual de seus filhos;
- D. que o professor esteja atento para não reforçar, por meio de suas atitudes, que a temática seja algo proibido e feio de se falar na escola;

- E. que não rotule ou iniba as manifestações da sexualidade das crianças na vivência escolar, mas proporciona possibilidades atitudinais positivas frente a essas vivências;
- F. que não se perca as oportunidades de abordar o tema quando os próprios alunos demonstram interesse em seu diálogo, seja através de desenhos nas paredes do banheiro, nos quadros da sala de aula, nas expressões ditas entre os alunos que muitas vezes são silenciadas pelo professor, sem que o tema ao menos seja esclarecido ou comentado em sala;
- G. que se estabeleça uma Educação Sexual para além da transversalidade. Embora a abordagem transversal seja um grande avanço, é preciso novas possibilidades de trabalho;
- H. que não haja uma atuação pedagógica voluntarista⁶, mas comprometida no planejamento e ações de um trabalho de Educação Sexual contínuo, sistemático e efetivo nas escolas.

Neste ponto, ao chegarmos ao final deste texto, reforçamos a necessidade de um Programa de Educação Sexual na escola destacando-o para o que nos apontou Goldberg (1984), de que, para que esse trabalho ocorra é preciso mudança. E toda mudança só acontece se tivermos um compromisso, uma participação coletiva e uma denúncia transformadora.

⁶ Que a atuação não seja forçada ou desesperançosa. Para Paulo Freire (1992), a esperança é uma necessidade ontológica, pois sem ela, ou o mínimo dela, não podemos sequer começar nada. Para o autor, atribuir à esperança é poder transformar a realidade, pois “enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica” (FREIRE, 1992: 11).

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. *Ley N° 26.206 de Educación Sexual Integral*. Consejo Federal de Educación. Ministerio de Educación, Buenos Aires, 2006.

BARROSO, Carmem e BRUSCHINI, Cristina. *Educação Sexual: debate aberto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

BERNARDI, Marcelo. *La maleducazione sessuale*. Milano: Emme Edizioni, 1977.

_____. *A deseducação sexual*. Trad. Antônio Negrini. São Paulo: Summus, 1985.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. 3 ed. – Brasília: MEC/SEF, 2001.

CAHN, Leandro et al. *Educación sexual integral*. 1ª ed. 6ª reimp. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2022.

CARIDADE, Amparo. *Sexualidade: corpo e metáfora*. São Paulo: Iglu, 1997.

COUTO, Iolêa Costa do; VALE, Sílvia Mara Bentes. *Puberdade, sexualidade e escola: Um elo de dúvidas e descobertas*. Belém, 2002.

DESIDÉRIO, Ricardo. *Quando a conversa sobre sexo chega à escola: concepções, contradições e perspectivas de professores e seus alunos*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

_____. Educação Sexual e o Direito da Criança e do Adolescente: por que e para que ensinar a temática na escola? In: MAIA, Jorge Sobral da Silva; BIANCON, Mateus Luiz. *Educação das relações de gênero e em sexualidades: reflexões contemporâneas*. Curitiba: Appris, 2014.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Educação Sexual no Brasil: Estado da arte de 1980 a 1993*. Dissertação de mestrado em Psicologia Escolar. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. *Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio*. 3 ed. rev. e atual. Londrina, PR: Eduel, 2010.

_____. *Educação Sexual no dia a dia*. Londrina, PR: Eduel, 2013.

_____. *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*. 2 ed. Londrina, PR: Eduel, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guillhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. *Educação Sexual: uma proposta, um desafio*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1984.

GUIMARÃES, Isaura. *Educação Sexual na escola: Mito e realidade*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.); *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. *Inclusão e sexualidade: na voz de pessoas com deficiência física*. Curitiba: Juruá, 2011.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação Sexual: princípios para ação. *Doxa*, v.15, n.1, p.75-84, 2011.

MELO, Sonia Maria Martins de. *Corpos no espelho: a percepção da corporeidade em professoras*. 2001. 421 fls. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2001.

_____. NUNES, César Aparecido. *Filosofia, sexualidade e educação: As relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre educação sexual escolar*. Tese de doutorado em Educação. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. *Desvendando a sexualidade*. 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

NUNES, Cesar e SILVA, Edna. *A Educação Sexual da criança*. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *Educação sexual além da informação*. São Paulo: EPU, 1990.

_____. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. In: RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amelia de Souza (Orgs). *Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas*. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SILVA, Ricardo Castro e. *A orientação sexual vivida por educadores e alunos: possibilidade de mudanças*. Campinas. 1995. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1995.

_____. *Orientação sexual: possibilidade de mudança na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

SILVA, Ricardo Desidério. *Educação Audiovisual da Sexualidade: olhares a partir do Kit Anti-Homofobia*. 2015, 144 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2015.

_____. *Educação em ciência e sexualidade: o professor como mediador das atitudes e crenças sobre sexualidade no aluno*. 2009. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação para a

Ciência e o Ensino de Matemática) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Exatas, UEM, 2009.

SIMONETTI, Cecília. Sexualidade na adolescência e programas de Educação Sexual. *Boletim Transa Legal para Educadores*, vol. 1, n. 1. São Paulo, maio/jun, p.2, 1994.

VASCONCELOS, Naumi. *Os dogmatismos sexuais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a sexualidade: carregar água na peneira? In: RIBEIRO, Paula Ribeiro; SILVA, Méri Rosane Santos da; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). *Corpo, gênero, sexualidade: composições e desafios para a formação docente*. Rio Grande: FURG, 2009, p. 85-103.

WEREBE, Maria José Garcia. *Sexualidade, Política, Educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.